

HABEAS CORPUS Nº 452.616 - SP (2018/0130050-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : VALDEMIR ALVES DE BRITO
ADVOGADO : VALDEMIR ALVES DE BRITO - SP189699
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DENER DE OLIVEIRA (PRESO)
PACIENTE : RENALDO DE SOUZA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE FALTA DE ELEMENTOS DE AUTORIA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS. VIA INADEQUADA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO. ATRASO QUE NÃO É EXACERBADO, TAMPOUCO INJUSTIFICADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTE EXTENSÃO, DENEGADA.

1. Reconhecer a ausência, ou não, de elementos de autoria e materialidade delitiva acarretaria, inevitavelmente, aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, impróprio na via do *habeas corpus*.

2. A manutenção da custódia cautelar encontra-se suficientemente fundamentada, em face das circunstâncias do caso, que, pelas características delineadas, retratam, *in concreto*, a periculosidade dos agentes, a indicar a necessidade da segregação provisória para a garantia da ordem pública.

3. No caso, as instâncias ordinárias apresentaram fundamentação concreta ao enfatizar a grande quantidade de material ilícito apreendido, consistente em 1.854 (mil oitocentos e cinquenta e quatro) porções de cocaína já embaladas, com peso aproximado de 1,684 kg (um quilograma e seiscentos e oitenta e quatro gramas); outra quantidade de cocaína com peso de 924 g (novecentos e vinte e quatro gramas) ainda a embalar; 4.288 (quatro mil duzentos e oitenta e oito) flaconetes vazios; cadernos com anotações e números; um liquidificador; e uma balança de precisão.

4. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

5. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de

Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

6. Como se sabe, os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual a jurisprudência uníssona os tem mitigado, à luz do princípio da razoabilidade.

7. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do juízo, o que não se verifica na presente hipótese.

8. A demora na formação da culpa está devidamente justificada pelas peculiaridades do caso, notadamente pela pluralidade de réus, inclusive sendo um adolescente, e pela necessidade de se proceder à oitiva de testemunhas que residem fora da comarca.

9. Ordem de *habeas corpus* parcialmente conhecida e, neste extensão, denegada, com recomendação de urgência na conclusão do feito.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer parcialmente do pedido e, nesta parte, denegar a ordem, com recomendação de urgência na conclusão do feito, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora